A FILOSOFIA VAI À ESCOLA: O QUE É ISTO?

Hilson Santos Olegario¹

Dr. Junot Cornélio Matos²

RESUMO

Pensar o ensino da disciplina de Filosofia é uma tarefa bastante atual. Talvez porque as outras disciplinas como a matemática, o português, a geografia, por exemplo, já tenham historicamente consolidado seu conteúdo curricular na educação básica; mas, talvez não. Porém, pensar o ensino de qualquer disciplina requer pensar a escola. Qual escola está sendo tratada aqui? Certamente não é a escola ideal, muito menos uma específica como estrutura física delimitada. O que tratamos aqui é o modelo de escola, como concebemos este lugar comum a todas as disciplinas que varia de acordo com a proposta político-pedagógica das instituições. As escolas parecem compor uma variedade de opções na formação das pessoas. Uma voltada para a formação profissional, outras direcionadas para levar os jovens às universidades. Mas, a quê serve a escola? Assim, buscaremos perceber a conjectura onde está sendo introduzido o ensino de filosofia como disciplina da escola, aonde os professores/pesquisadores ainda buscam desde 2008, justificar sua presença, construindo seu espaço neste nível do ensino para então, poder tomar posição quanto ao ensino da disciplina de filosofia propriamente dita que em nosso entender não deve se prender a utilidade da filosofia, nem ser meramente fixa a conteúdos da história da filosofia.

Palavras-chave: Filosofia; Ensino; Escola.

Introdução

Ao ingressar no Mestrado Profissional de Filosofia na Universidade Federal de Pernambuco (2017) fomos levados além da característica de uma pesquisa bibliográfica comum em mestrado acadêmico para um questionamento e pesquisa sobre o ensino de filosofia, e neste direcionamento a partir de alguns textos propostos nas disciplinas e das avaliações de nossas experiências de sala de aula compartilhadas foi produzido este artigo.

1 Professor de Filosofia do Estado de Alagoas, Mestrando Profissional de Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco, sua pesquisa é voltada para a educação anarquista no ensino de filosofia do ensino médio; e-mail: olegario.professor@gmail.com

2 Orientador. Doutor em Filosofia. Professor da UFPE

Pensar o ensino de Filosofia no ensino médio é uma tarefa bastante atual. Talvez porque as outras disciplinas como, por exemplo: a matemática, o português, a biologia e a geografia já tenham historicamente consolidado seu conteúdo curricular na educação básica e não se tenha mais a necessidade de se perguntar o que ensinar nestas disciplinas; mas, talvez não.

É possível, e aparentemente necessário que pensar o ensino de Filosofia e de qualquer outra disciplina seja uma tarefa filosófica constante; mas, talvez só nos demos conta disto com os poucos anos da volta da inclusão desta disciplina na grade curricular do ensino médio (2008), e ainda mais agora, com a reforma da educação (Lei nº 13.415/2017) que tem início como medida provisória (2016), onde aparentemente mais uma vez fortalece a distinção histórica no Brasil entre os que trabalham e os intelectuais, com o novo ensino médio que traz a *flexibilização dos itinerários formativos*, os quais devem seguir a Base Nacional Comum Curricular que ainda está em fase de aprovação, mas já se está definido o direcionamento para as duas formações, a profissional e a acadêmica.

Porém, pensar o ensino de determinada disciplina requer também pensar a escola. A que escola a filosofia vai se prestar? Mas, qual escola está sendo tratada aqui? Certamente não é a escola ideal, muito menos uma escola específica como estrutura física delimitada. O que tratamos aqui é o modelo de escola, como concebemos este lugar comum a todas as disciplinas que varia de acordo com a proposta político pedagógica de cada instituição. Neste sentido, as escolas públicas e as escolas privadas parecem compor uma variedade de opções na formação das pessoas, na construção de sujeitos aptos, ou seja, o produto da escola vem a ser a formação das pessoas para a sociedade. Uma voltada para a formação profissional, outras direcionadas para levar os jovens às universidades. Mas, a quê serve a escola? Observaremos que historicamente nossa formação escolar foi voltada para a preparação de alguns para o ingresso nas escolas superiores, militares e universidades e outros para uma formação profissional, e produção de mão de obra.

Desta maneira queremos identificar como a escola está funcionando no Brasil, como seu discurso de uma pedagogia das competências para a empregabilidade serve de aparato ideológico que justifica as desigualdades entre as classes sociais, produzindo e reproduzindo as dominações da

sociedade no sistema de ensino. Assim, buscaremos perceber a conjectura onde está sendo introduzido o ensino de filosofia como disciplina da escola; aonde os professores/pesquisadores, que buscam anteriormente a 2008 justificar sua presença no currículo, estão construindo seu espaço neste nível do ensino para então poder tomar posição quanto ao ensino da disciplina de filosofia propriamente dito.

1 Tradicionalismo escolar: um apanhado histórico

Aquilo que se mantém no tempo, que é trazido, transmitido através das gerações é considerado tradicional. Podemos perceber que a educação brasileira já passou por vários momentos: pelo período Colonial, Império e primeira República; pelo período Getulista e abertura democrática; passando pela Ditadura Militar e a volta da democracia. Diante toda essa construção histórica a política educacional não pode ser vista em separado da organização política e econômica, como também da particularidade da formação da sociedade brasileira, suas matrizes ameríndias e africanas e suas concepções de sujeito durante muito tempo não estiveram na escola.

É possível observar que de início a economia brasileira, que era de Portugal, era baseada em um único produto de exportação (Pau-Brasil, açúcar etc.) embora houvesse épocas de muita riqueza este modelo econômico era extremamente frágil, pois dependia das oscilações do mercado dos países de economia hegemônica como Inglaterra, Holanda etc. e desta maneira perdurou até a crise do café e a crise mundial de 1929.

Podemos dizer que nesse período uma política educacional é quase inexistente. Basta ressaltar que o primeiro Ministério da Educação é criado pelo Governo de Getúlio Vargas em 1930. Isso não quer dizer, porém, que o sistema educacional correspondente aos diversos momentos desses períodos fosse totalmente inoperante. De fato, durante o Brasil-Colônia, funcionou aqui um sistema educacional montado pelos jesuítas que cumpria com uma série de funções, também importantes para a coroa portuguesa (FREITAG, 1986).

Visto que no Brasil Colonial e Império a economia era baseada na monocultura latifundiária e esta atividade demandava o mínimo de qualificação e diversificação da força de trabalho. Como também que esta força de trabalho era composta por povos escravizados e comercializados trazidos da África, não havia por tanto a função de formação profissional para estes povos a ser

cumprida pela escola. Neste aspecto o próprio funcionamento da estrutura social brasileira garantia aparentemente a manutenção das relações, deste modo ficava a escola para uma parcela privilegiada dos habitantes da terra, mesmo assim era uma educação descontextualizada tanto das realidades locais como também do que acontecia na Europa, era ensinado o *Trivium* e o *Quadrivium* embora servisse também a duas funções com bases no essencialismo proferido pelos jesuítas: reproduziam as relações de dominação e a ideologia dominante. De tal modo formava-se os bacharéis em direito, belas-artes, medicina etc. que levavam estas ideologia e relações de dominação também para os espaços das instituições civis.

Somente a partir da fuga da corte portuguesa para a colônia por conta da invasão francesa a Portugal (1808) que se desenvolve no Brasil a instituição educativa com a fundação de Escolas Técnicas, Academias, Imprensa, Biblioteca, no entanto, apenas com a independência política faz-se forçoso fortalecer a sociedade política brasileira, desta maneira sendo necessário o surgimento de escolas militares de nível superior em território nacional. A partir de então, segundo Freitag (1986) as instituições não confessionais assumem parcialmente a reprodução dos quadros dirigentes do Brasil; apesar da Independência e da mudança na estrutura política com a instauração da República pelos militares, pouca coisa se altera na estrutura educacional. O povo brasileiro que era súdito se tornara cidadão sem ao menos saber o que significa tal transição. A economia continuava agroexportadora e o carro chefe que antes era Pau-Brasil, ouro, cana-de-açúcar, agora passava a ser o café. Com a diferença de que neste momento a mão de obra não é mais escrava e sim imigrantes europeus assalariados ou com terras ganhas em troca de trabalho, incentivados com a política de branqueamento da população brasileira no final do séc. XIX e início do séc. XX. Ficavam assim as nações vindas de África e seus descendentes livres abandonados à formação da estrutura social do Brasil, servindo aos interesses dos grupos dominantes e seus *dispositivos de Poder*.

Devido à crise mundial e divergências da política nacional, o não entendimento entre a aristocracia rural e os militares, Getúlio Vargas ascende ao poder com o apoio de grupos militares em 1930; a partir de então, cria-se pela primeira vez o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. A Constituição de 34 (Art. 150a) criava o Plano Nacional de Educação,

expandindo a quantidade de escolas técnicas no intuito de formar *um exército de trabalhadores com os jovens do Brasil* segundo o próprio ministro Gustavo Capanema. Mas o que se observou foram o encaminhamento dos filhos da aristocracia rural e da nova burguesia industrial brasileira para as Universidades, Faculdades, Escolas Militares e os filhos das classes menos favorecidas do Brasil para as escolas técnicas e Liceus.

Podemos dizer que o período Vargas com o processo de industrialização é um marco histórico no Brasil desta distinção do ensino para os pobres, ou seja, a classe operária e o ensino acadêmico para a classe privilegiada de maneira institucional. A atividade industrial exigia uma formação característica, outro ritmo de produção, horário da jornada de trabalho muito distinto do modelo econômico anterior agroexportador. Os direitos dos trabalhadores, chamados de conquistas, significavam também as garantias dos empregadores de ante um sujeito desta sociedade que não é só um corpo a exercer funções mecânicas, mas possui hábitos que não condizem com o modelo industrial, por isso a necessidade de horários fixos para a entrada, o almoço e para a saída do trabalho, o quadro funcional hierárquico reproduzindo as relações de dominação... Deste modo, os cursos profissionalizantes atendiam a grande demanda da formação de mão de obra, de modo que a escola pensada como uma formação em massa, onde todos são capazes para a mesma coisa gera assim o seu excedente, pois não havia vagas de empregos suficientes para incorporar a população enquanto que os cursos superiores eram frequentados pela classe social formada pela burguesia latifundiária, familiares de militares, a nascente burguesia industrial.

Com a educação profissional abrindo a possibilidade de alguma ascensão social os ânimos da sociedade brasileira aparentemente se acalmam apesar de sua agitação política nos anos 50 até quando as *reformas de base* aparentemente viriam para modificar a estrutura social do país, apoiados pelos grupos dominantes e famílias católicas os militares mais uma vez intervêm na política do país, durante o Regime Militar a *disciplina* e o *controle* transformam-se em características de seu modelo educacional para operários e estudantes. São retiradas do currículo as matérias de sociologia e de filosofia. Mais uma vez fazem-se novas mudanças na estruturação do ensino, são criados os 1º e 2º graus, estabelece-se o ensino supletivo com a finalidade de prover a

escolarização de adolescentes e adultos que não concluíram os 1º e 2º graus em idade adequada; as universidades são baseadas no modelo americano, com dois níveis de pós-graduação - mestrado e doutorado-; é adotado o sistema de créditos e a departamentalização; mantém-se o ensino e a pesquisa; é introduzido o vestibular de forma classificatória.

Com a volta da abertura democrática e a constituição de 1988 vamos ter a LDB de 1996 (lei nº 9.394/96) distinguindo a função e manutenção de cada instituição escolar nas instancias Federais, Estaduais, Municipais e Privadas; como também inclui a família no papel da sociedade civil responsável pela educação. Ocorre a divisão do ensino em Educação Básica (Fundamental e Médio/Profissional) e Ensino Superior. Tendo como finalidade da Educação Básica desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Em 2003 a LDB sofre uma alteração com a Lei nº 10.639/2003 aonde é incluído no ensino fundamental e médio o estudo de História e Cultura Afro-brasileira, como também em 2008 com a Lei 11.684/2008 quando há a inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia nas disciplinas obrigatórias do ensino médio. Desde 2010, o acesso as universidades se dá por meio do Sistema de Seleção Unificado (SiSU) que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para o preenchimento de vagas em todo território nacional. Em 2012, a lei nº 12.711/2012, regulamentou a política de cotas para o ingresso em universidades e institutos federais em 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, indígenas, negros e quilombolas.

Recentemente passamos por uma nova reforma na educação escolar com a Lei nº 13.415/2017 que diz respeito ao ensino médio e profissionalizante, definindo os direitos e objetivos da aprendizagem do ensino médio pela Base Nacional Curricular Comum, os quais deverão ser organizados em: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional. Aonde, para o alívio dos que tanto lutaram pelo ingresso da filosofia no currículo escolar, encontramos no Artigo 35-A, § 2º, a garantia de que a Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física,

arte, sociologia e filosofia. A maioria destas reformas, como de costume na história deste país, foi realizada de maneira vertical sem consulta a sociedade através de leis e decretos no âmbito da política educacional, sem levar em consideração a realidade educacional do país e suas particularidades. Algumas inclusivas outras conservadoras de privilégios funcionam como dispositivos de *assujeitamentos* utilizados pelos grupos dominantes.

2 Escola, esta coisa do passado

A escola como entendemos hoje, seria uma instituição disciplinar do final do séc. XVIII e XIX analisada por Michael Foucault em sua obra *Vigiar e punir* em harmonia com as prisões, os manicômios, quartéis e fábricas, ou seja, uma instituição produtora de subjetividades para atuar numa sociedade também *disciplinar*. Onde, chama-nos a atenção que a sociedade contemporânea não é mais exclusivamente disciplinar, mas também de *controle*, constituído por modulações contínuas que atravessam a vida do indivíduo como uma malha, constituindo uma microfísica do poder de forma suave, indicando que há o exercício de liberdade de escolha, mas que esta é apenas aparente.

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para se apropriar e retirar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo que lhe está submetido separa, analisa, diferencia, leva seu processo de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes... O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame (FOUCAULT, 2004, p.143).

A estrutura física da escola de certa maneira contribui para o processo de Ensino-Aprendizagem; salas amplas, arejadas, iluminadas de forma adequada favorecem o bem-estar tanto dos docentes como dos estudantes. No entanto, essa não é a realidade da maioria das escolas em nosso país, principalmente as públicas e se formos distinguir as escolas das áreas rurais e das cidades chegaremos a perceber a variedade da precariedade das escolas públicas no Brasil. Mas, além disso, não são os objetos e as paredes, embora possam colaborar que fazem a escola exercer seu papel na construção da sociedade. A educação institucional, vista como processo de Ensino-

Aprendizagem acontece na vida escolar. Esta que é direcionada pela teoria pedagógica adotada e pelas pessoas que seguem tal teoria na prática da instituição.

De um modo geral Demerval Saviani denomina algumas teorias pedagógicas adotadas nas instituições de ensino como teorias não-críticas, aquelas teorias que tomam a educação como autônoma e buscam sua compreensão a partir dela mesma (*pedagogia tradicional, nova pedagogia e a pedagogia tecnicista*), e um segundo grupo o qual chama de teorias crítico-reprodutivistas para aquelas que compreendem a educação segundo seus condicionantes objetivos, determinantes sociais ou a estrutura sócio-econômica que condiciona a forma da manifestação do processo educativo (teoria do *Sistema de Ensino como Violência Simbólica*, teoria da *Escola como Aparelho Ideológico do Estado*, teoria da *Escola Dualista*).

Para Elisete Tomazetti (2012), no discurso da escola democrática e de massa, entra um elemento novo, a necessidade de produzir motivação no estudante. Porque este estudante não chega com o capital cultural almejado e considerado apropriado para a escola. Visto por dois ângulos este capital não é apropriado porque não corresponde ao que a escola espera do contrário, sendo mais restrito e empobrecido de vocabulário. Por outro lado, este capital cultural é novo, construído pela interatividade da cultura audiovisual e cibernética na qual nascem e vivem nossas crianças e jovens de maneira tranquila.

Hoje estamos mais empenhados em tentar entender as possibilidades de atuação docente na escola, sua concepção, seu desenho pedagógico, sua dimensão institucional, do que com os conteúdos que, eventualmente, poderão lecionar (MATOS, 2015).

Eis aqui uma das problemáticas do ensino de filosofia, como fazer para que a aula de filosofia adquira sentido para estes jovens, nativos deste mundo atual, e para aqueles a quem falta o convívio com o mundo da cultura letrada, um vocabulário elaborado, uma percepção de importância do conhecimento em suas vidas? Assumiremos uma forma de adesão acrítica a este universo virtual em nossas aulas de filosofia e realizaremos aulas espetáculos, agradáveis e fáceis? Negaremos totalmente este universo, colocando-o num patamar de falta de sentido, de erro e permaneceremos a ele indiferentes, ou procuraremos a convivência destas linguagens, de forma produtiva e crítica?

O exercício de filosofar sobre o ensino de filosofia, nos leva a questionar e avaliar o presente, nossa situação. Faz-nos perguntar: que filosofia devemos ensinar? História da filosofia é Filosofia? Qual o papel da filosofia na escola? Aparentemente, a filosofia não se enquadra nesta proposta de escola. A filosofia estaria mais para uma *indisciplina*, ao se perguntar pelo sentido de cada tópico do currículo. A final de contas qual filosofia vai à escola? Teria a metafísica, ou a epistemologia, axiologia talvez espaço na escola? A multiplicidade de respostas possíveis nos faz perceber que mesmo no âmbito institucional da escola podemos fazer da disciplina de filosofia um espaço de transmissão de ideias, saberes, conceitos nos posicionando como professores explicadores. Como também podemos construir outras possibilidades para este ensino, sem esquecer que romper com concepções e processos de formação é sempre mais difícil, mas é assim que demonstramos nossa capacidade de reflexão e de transformação.

O ensinar claramente não é uma tarefa fácil. Dado que as condições de realidades são infinitamente distintas desde as estruturas físicas e materiais da escola até a própria concepção de educação, ensino, aprendizagem e Filosofia que cada docente se identifica e a partir dos quais constroem seu ofício de professor. No entanto, segundo Junot Matos (2015), a escola representa o primeiro grande desafio do professor de filosofia, pois ela torna-se uma grande abstração para o estudante e demonstra a fragilidade dela própria em responder as demandas sempre crescentes de crianças, jovens e adolescentes. Ou seja, para Junot Matos, mesmo com o desenvolvimento de pedagogias até aqui, foi verificada que a mais bem qualificada formação docente parecia insuficiente para a lida cotidiana com a atividade educacional no chão da escola, a formação específica e pedagógica parece está aquém das reais demandas das pessoas concretas que compõe a comunidade escolar. E ainda a própria escola e suas construções curriculares estão descontextualizadas da realidade fora de suas estruturas.

Considerações finais: A filosofia na escola

A pergunta: A que serve a escola? Pode ser respondida da seguinte maneira: A escola serve como uma instituição com a função de formar a sociedade, formatar cada indivíduo para compor tal sociedade e sua

manutenção. Cabe destacar que de acordo com a proposta político pedagógica adotada, esta formação pode ser da conservação do status quo ou para sua transformação.

Certamente depois de alcançada a presença no currículo do ensino médio a perspectiva é que ela, a filosofia, não seja apenas mais uma disciplina a compor a sua grade curricular, nem também venha a significar uma reserva de mercado para licenciados à procura de emprego. Tal situação nos leva a perguntar: Qual a utilidade da filosofia na escola? Qual a função da filosofia na escola? Logo de início, consideramos que buscar uma utilidade única para a filosofia é deveras reducionista. É como se disséssemos que a filosofia é útil nas questões inter e transdisciplinares, pois ela pode abordar com profundidade assuntos diversos e isto fosse suficiente para justificá-la na escola, ou que como no ENEM as questões são mais contextualizadas e geralmente caem questões de história da filosofia, então, estes estudantes do ensino médio terão o *macete* da questão e consequentemente a escola terá maior quantidade de aprovação, ou seja, transformar a filosofia em produto não parece ser ensinar filosofia.

A filosofia tem por princípio a atitude de saída da *doxa*, a retirada deste lugar comum em que as coisas acontecem sem uma explicação racional ou questionamentos, uma busca de uma explicação fundamentada na razão que responda a sua realidade. Neste sentido, de acordo com a variedade de materiais didáticos, percebemos que alguns livros tomam por base a história da filosofia, outros os temas filosóficos, ainda outros a problematização filosófica; podemos dizer também que as mídias digitais oferecem acesso a vídeos, textos etc. Diante deste cenário, cabe ao professor de filosofia, primeiramente desenvolver estratégias didáticas para fomentar nos estudantes de filosofia do ensino médio algo que desde seu início de formação escolar foi lhe retirado, levando-o apenas à reprodução de determinada resposta: a construção de sentido.

Nosso intuito é que a filosofia na escola, além de disciplina curricular, tenha espaço de questionar radicalmente a própria escola, se ela está coerente com sua proposta político pedagógica, se a própria proposta político pedagógica é viável, se atende às demandas reais das pessoas que formam aquela sociedade. Que a filosofia atravessasse a vida do estudante e não seja um horário estabelecido na semana, que se faça necessário desenvolver relações de

sentido próprias ao invés de um disciplinamento homogêneo e um controle para a manutenção do poder, para que estes estudantes experienciem a atitude filosófica, uma vida filosófica na e além da escola para que possam realmente tomar suas próprias decisões, resolver situações da vida que a escola não lhes pode oferecer sem que sejam levados pela opinião.

Referências

FOUCAULT, M. (1994) *História da sexualidade I: vontade de saber*. Trad. de Pedro Tamen. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

_____. (1997) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 32. ed. Trad. de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Editora Vozes.

FREITAG, B. (1986) *Escola, Estado e sociedade*. 6. ed. São Paulo: Editora Moraes.

MATOS, J. (2015) Filosofando sobre o ensino de filosofia. *O que nos faz pensar* - Cadernos do departamento de filosofia da PUC-RIO. Rio de Janeiro, v. 30, p. 367- 382.

SAVIANNI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura de vara, onze teses sobre educação e política*. 22. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

TOMASETTI, E. M. (2012) Filosofia como disciplina: entre a instituição, a vigilância e o pensar filosófico. In: SÁ JÚNIOR, Lucrécio Araújo de; Jaime Biela (orgs). *Filosofia no ensino médio: desafios e perspectivas*. Natal: EDUFERN, p. 37 – 50.